

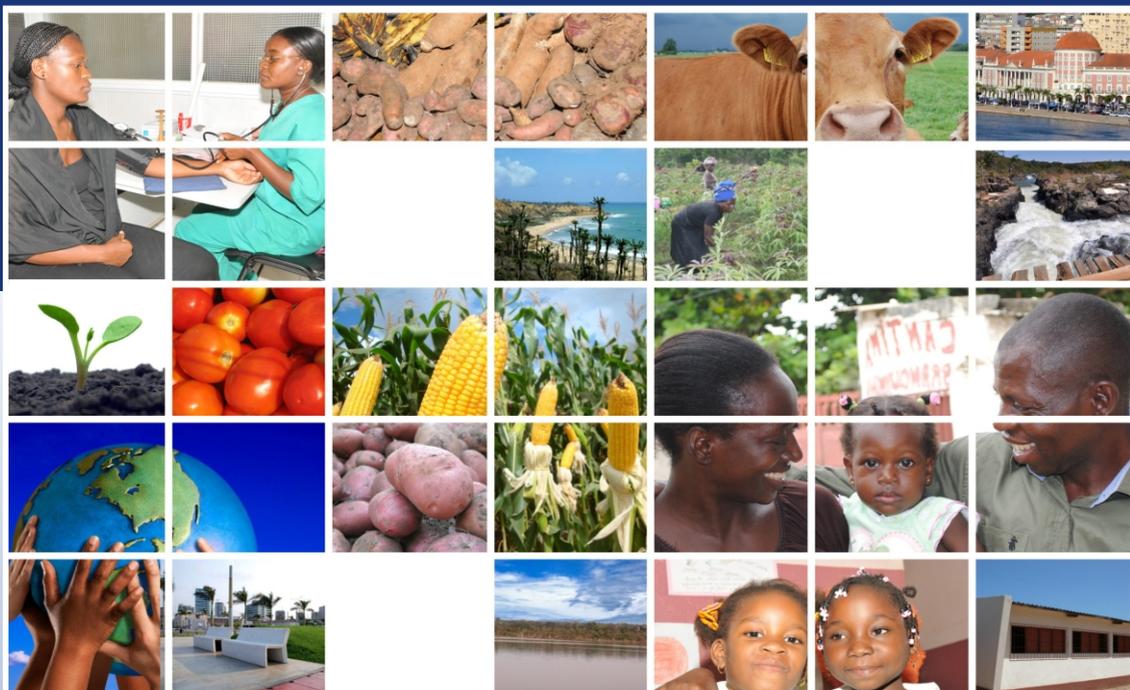
Visão, Sonho, Esperança

Tema de Reflexão:

O Impacto da Migração para o Desenvolvimento Desafios e Oportunidades para Angola

Agenda Global de Desenvolvimento pós 2015

Carlos M. Lopes



Comissionado pela Organização Internacional para as Migrações



Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Agenda Global de Desenvolvimento pós 2015

Tema de Reflexão:

**O Impacto da Migração para o Desenvolvimento
Desafios e Oportunidades para Angola**

Carlos M. Lopes



Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Editor:

Organização Internacional para as Migrações (OIM)
Prédio das Nações Unidas, 197 Rua Major Kanhangulo, Ingombota
Luanda, República de Angola
Tel: (+244) 226 430 870/880
Fax: (+244) 222 335 609
Email: IOMLuanda@iom.int
Internet: www.angola.iom.int / www.iom.int

© 2013 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada em sistemas de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou qualquer outro sem a autorização prévia do editor.

As opiniões aqui expressas não refletem necessariamente as da OIM.

Índice

Resumo Executivo	5
Introdução	9
1. Migrações e desenvolvimento	9
2. A Agenda das NU sobre o Desenvolvimento pós-2015:	
o foco na articulação positiva entre Migração e Desenvolvimento	12
2.1 Rio+20	12
2.2 Agenda Global de Desenvolvimento pós 2015	13
3. Tendências das migrações na África Subsaariana	13
4. Migrações em Angola	16
4.1 Migrações internas	16
4.2 Migrações internacionais	17
5. Contexto normativo e institucional da problemática das migrações	18
5.1. Internacional	18
5.2. Nacional	19
6. Os dados sobre migrações no contexto angolano	21
7. A pesquisa recente sobre migrações em Angola	21
7.1. Migrações internas, urbanização e saúde em Angola	21
7.2. Estudo sobre a integração dos migrantes recentemente regressados a Angola	23
7.3. Estudo sobre o fluxo de remessas para Angola a partir da diáspora em Portuga Sul e sobre o seu actual uso e impacto sobre as comunidades receptoras.	24
8. Conclusões	25
9. Recomendações	27
10. Bibliografia	29

Resumo Executivo

O presente trabalho, um tema de reflexão sobre o impacto das Migrações no Desenvolvimento focalizada nos desafios e oportunidades em contexto angolano, enquadra-se num vasto processo de auscultação que as Agências e Instituições do sistema das Nações Unidas estão a desencadear em todo o mundo, com o objectivo de recolherem contributos diversificados e oriundos de perspectivas diferenciadas para a formulação da Agenda Global de desenvolvimento pós 2015.

A importância do fenómeno migratório e dos seus efeitos nas sociedades actuais é um dado incontornável, que a globalização tem acentuado e que as estruturas de decisão e os actores privados como públicos deverão ter em consideração. Os efeitos dos fluxos migratórios manifestam-se em todas as escalas de intervenção, local, nacional, regional e internacional, com impactos vários e contrastados nos processos de desenvolvimento económico e social.

A pesquisa recente sobre a relação entre as Migrações e o Desenvolvimento apresenta os problemas e ameaças que os fluxos migratórios colocam ao desempenho dos actores com responsabilidades na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento, sublinhando também os seus efeitos positivos e o contributo potencial que poderão fornecer, desde que adequadamente compreendidos e administrados.

Os tópicos principais da investigação que tem sido realizada, partindo da constatação da relevância crescente a nível global, têm sido os seguintes: evidência das conexões entre migrações e desenvolvimento sustentável; análise das alterações dos padrões das migrações internacionais e internas; caracterização das comunidades migrantes, enfatizando o peso relativo e a importância crescente da participação das mulheres nos fluxos migratórios bem como o papel e efeitos específicos da migração de elevada qualificação; análise das relações entre as remessas dos emigrantes e os processos de desenvolvimento, quer nos países de destino quer nos países de origem; identificação das relações entre as mudanças climáticas e problemas ambientais e as dinâmicas de migração interna; integração da problemática dos direitos humanos e do trabalho digno nas abordagens sobre as migrações.

Por se tratar de um país onde a história recente determinou processos e dinâmicas de mobilidade humana intensos e em rápida mutação, Angola foi um dos 50 países seleccionados para contribuir com a sua visão nacional para a formulação da Agenda Global de Desenvolvimento pós 2015. As tendências e padrões de migração, no caso angolano, encontram-se em transição acelerada, com consequências nem sempre fáceis de conhecer, compreender, avaliar e gerir para quem administra e participa, aos diferentes níveis, nos processos de desenvolvimento. No plano das migrações internas, continuam a registar-se fluxos e ritmos elevados de mobilidade, apesar do final do conflito militar em 2002. À deslocação interna forçada em direcção aos principais centros urbanos, e nomeadamente à capital do país, e aos países vizinhos, sucedeu-se a continuidade da mobilidade interna, agora motivada pela procura de oportunidades económicas e do acesso aos centros de decisão, aos serviços sociais básicos e

a mecanismos de mobilidade social, bem como por episódios cíclicos relacionados com fenómenos naturais extremos, como secas e cheias. Acresce que o regresso de parte significativa da população refugiada nos países limítrofes se tem vindo a constituir também como factor de mobilidade interna, uma vez que parte dos migrantes retornados, após a reinstalação nos locais de origem, aí não tem permanecido. Entretanto, a reabilitação e o crescimento da economia angolana no contexto regional e internacional induziram uma inversão nos fluxos migratórios internacionais, passando o país a atrair imigrantes, qualificados mas também em número crescente com reduzidas qualificações, e a registar-se o regresso progressivo de angolanos da diáspora. Em paralelo, tem-se registado também um significativo aumento do potencial de atracção do país em relação aos migrantes irregulares.

Resultam destas dinâmicas de transição e mudança dos fluxos migratórios que envolvem o Estado e cidadãos angolanos, efeitos diversificados e que interagem reciprocamente, provocando impactos diferenciados na economia e na sociedade angolana, com repercussões mais expressivas nos domínios da urbanização não planificada, em dificuldades no acesso aos serviços sociais básicos e à protecção social, no aumento de participação dos migrantes em actividades informais, no aumento de oportunidades de exploração e de abusos sobre os migrantes laborais e irregulares, no aumento da precariedade, da vulnerabilidade e da pobreza e no crescimento das ameaças à segurança humana e ambiental.

E os impactos supracitados, cada um por si, e em conjunto, geram implicações substanciais no que respeita à estabilidade política e à definição das políticas que possibilitam a sua gestão.

O presente trabalho foi elaborado fundamentalmente com recurso à revisão da literatura e à análise crítica, beneficiando também do acesso a perspectivas institucionais e especializadas a que o autor teve acesso por força da sua participação na pesquisa sobre Migrações internas urbanização e saúde em Angola, recentemente finalizada.

Da reflexão efectuada destaca-se uma convicção central: sem a consideração da variável Migrações, no actual contexto angolano, dificilmente se poderão formular estratégias de desenvolvimento e de combate à pobreza ou elaborar políticas públicas adequadas e sustentadas, que permitam induzir processos efectivos e eficazes de desenvolvimento humano inclusivo. A integração da variável Migrações como input e prioridade na intervenção política implica, por um lado a necessidade de um conhecimento extensivo e aprofundado dos fluxos migratórios que envolvem o Estado e os cidadãos angolanos bem como dos seus impactos nos processos de desenvolvimento local, provincial e nacional e, por outro lado, a criação de mecanismos que permitam gerar, analisar, gerir e partilhar os dados sobre Migrações, não apenas em sede das instituições governamentais, directa e indirectamente interessadas, mas também com os outros parceiros para o desenvolvimento. Imperativo igualmente incontornável é a necessidade de harmonizar os procedimentos de colecta e tratamento dos dados sobre as migrações com as normas definidas pela SADC, numa lógica de contribuição para o aprofundamento da integração regional.

A presente reflexão acentua também a necessidade de promover o debate e a discussão alargada no seio da sociedade angolana sobre o papel dos migrantes no processo de desenvolvimento angolano, a

par de uma avaliação detalhada do processo de reintegração dos migrantes retornados. Promover a advocacia sobre o contributo dos migrantes para o desenvolvimento angolano, a começar pela formulação de um discurso público dos responsáveis das instituições executivas que têm a responsabilidade política de administrar os fluxos migratórios é outra das várias recomendações que são propostas.

Finalmente, o trabalho apresenta a perspectiva, que vincula exclusivamente o autor, sobre os principais eixos de intervenção e as principais linhas de acção a serem tidos em conta na abordagem do fenómeno migratório em Angola e recomendações de carácter geral e específico que delas são consequência.

Introdução

A presente reflexão surge no contexto da participação de Angola como um dos países-piloto nos quais serão realizadas auscultações alargadas e promovidas reflexões inclusivas tendo em vista a apresentação de contributos nacionais para a formulação da Agenda Global de Desenvolvimento pós 2015. Neste contexto, as Nações Unidas, em conjunto com o Governo de Angola, irão apresentar um relatório que deverá reflectir a visão angolana para o horizonte pós-2015.

Por se tratar de um fenómeno global, com expressão particular no contexto angolano, a mobilidade humana e as dinâmicas migratórias foram seleccionadas como tópico para um tema de reflexão facilitadora do processo de debate e discussão alargada que irá incluir os decisores institucionais, os parceiros sociais relevantes, as organizações académicas e as organizações da sociedade civil. O foco do tema de reflexão centra-se na articulação entre os fluxos migratórios e o desenvolvimento humano e social, procurando identificar os seus impactos, quer positivos quer negativos.

A reflexão que ora se apresenta resulta de uma revisão orientada da literatura mais recente sobre a temática das migrações, designadamente no contexto angolano, bem como da recolha de informação primária sobre esse fenómeno. Naturalmente, tratando-se de um exercício de reflexão, convoca a perspectiva pessoal do autor, que é o exclusivo responsável pelas opiniões que nele surgem expressas.

A estrutura deste texto reflecte os objectivos que nele são sequencialmente prosseguidos: proceder a uma breve revisão da literatura focada na articulação entre migrações e desenvolvimento; fixar os termos actuais do posicionamento internacional sobre a matéria; identificar as principais tendências migratórias na Africa Subsaariana (ASS); abordar as migrações no contexto angolano; caracterizar o quadro normativo e institucional, internacional e nacional, relacionado com as migrações no contexto angolano; referir brevemente a questão da produção e gestão de dados sobre as migrações no caso angolano; apresentar os objectivos, metodologia, conclusões e principais recomendações da pesquisa mais recente sobre as migrações em Angola; e, finalmente, apresentar um conjunto de recomendações, de carácter geral e específico, para colocar à discussão por parte dos diferentes intervenientes no processo de auscultação nacional em Angola.

1. Migrações e desenvolvimento

Actualmente, a generalidade da literatura especializada refere-se à relação entre migração e desenvolvimento como sendo biunívoca, complexa e contextualizada:

“it is often seen as the result of imbalances in development, but also as influencing development. Assessments of the influence of migration on development have varied over time: sometimes migration has been seen as beneficial and at others detrimental to development, depending on the historical moment and circumstances” (Nyberg-Sorensen, Van Hear and Engberg-Pedersen, 2002).

No mesmo sentido, Ammassari (2005) conclui, a partir da análise dos casos de Angola e da Zâmbia, que a relação entre migração e desenvolvimento pode assumir contornos muito diferenciados em função de cada contexto específico. Os especialistas destacam também o

carácter multidimensional e não linear das inter-relações: o impacto da mobilidade humana não se esgota nos efeitos sobre o rendimento, afectando outras variáveis como a educação, a saúde, a capacitação dos membros do sexo feminino ou o exercício de direitos humanos básicos (ACP, 2011).

Por sua vez, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009 (PNUD, 2010) assinala que, para além de afectar a educação e a saúde, as migrações estão associadas a transferências de capital humano e social e a fluxos de ideias e valores com reflexos sobre o desenvolvimento social, cultural e político das sociedades de origem e de destino. Esses efeitos podem ser positivos ou negativos, directos ou indirectos, simples ou compostos. Chappell e Srisikandarajah (2007) propõem um quadro de abordagem a esta questão segundo o qual a migração pode influenciar o desenvolvimento social e económico através de oito dimensões principais: economia, educação, saúde, género, impactos sociais mais amplos, governação, sustentabilidade ambiental e auxílio de emergência.

Por outro lado, os últimos 20 anos têm também revelado um reconhecimento internacional crescente da importância do fenómeno migratório e do seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável. Da Agenda 21 (aprovada na Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992), passando pela Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994) ou por compromissos mais recentes como a ratificação por parte de 16 países africanos da Convenção sobre a Protecção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e membros das suas Famílias em 2010, a declaração final da Cimeira de Cannes, em 2011, na qual os G20 acordaram a redução do custo médio do envio de remessas ou ainda a Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), o percurso tem sido no sentido da criação de uma nova perspectiva sobre as migrações e o seu contributo potencial para a redução da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Iniciativas como o Fórum Global sobre as Migrações e Desenvolvimento, realizado anualmente, The Hague Process on Refugees and Migration (THP Foundation), the Migrating out of Poverty's research programme consortium, ou the African Migration and Development Policy Centre (AMADPOC), entre outras, têm constituído espaços institucionais de pesquisa, discussão e reflexão sobre a articulação entre migrações e desenvolvimento, de análise dos seus impactos nos países receptores e fornecedores e de apresentação e discussão sobre boas práticas e políticas de gestão das migrações a nível nacional, regional e internacional.

O conhecimento sobre as migrações e seus impactos tem, assim, registado progressos consideráveis. Porém, subsistem ainda diversos constrangimentos e insuficiências resultantes da dificuldade de acesso a dados estatísticos, da sua insuficiente fiabilidade e disponibilidade, das limitações decorrentes da diversidade de conceitos operativos ou das diferentes formas de agregação e compilação dos dados, da falta de harmonização regional e internacional, ou ainda da fraca coordenação interministerial no que diz respeito aos indicadores migratórios.

Por outro lado, a disponibilidade dos Estados para a assinatura de acordos multilaterais continua a ser limitada, tal como sucede com a inclusão do tema das migrações no quadro das estratégias e planos de desenvolvimento nacionais. Em muitas situações, a abordagem dos Estados nacionais ao fenómeno das migrações continua a ser dominada por uma visão de curto prazo, excessivamente focada na dimensão da soberania política e nos efeitos negativos do fenómeno migratório, concentrando os seus esforços em acções direccionadas para conter a migração irregular/ilegal e os tráficos e no reforço dos serviços de imigração e alfândegas.

Porém, a realidade dos números convoca e impõe outras leituras, mais reflexão e outra atitude: cerca de 3% da população mundial é migrante internacional; aproximadamente 215 milhões de pessoas vivem fora dos seus países de nascimento; 1 em cada 7 pessoas, em todo o mundo, encontra-se em situação de migração, qualquer que seja a sua forma; e aproximadamente 740 milhões de pessoas, dentro das fronteiras dos seus países, são migrantes internos.

Os migrantes abandonam os seus locais de origem à procura de melhores oportunidades económicas e sociais. Factores como as disparidades de rendimentos entre países, a instabilidade socioeconómica ou a pressão populacional contribuem para incrementar os fluxos migratórios dos países mais pobres para os mais ricos. Acrescem também factores ambientais ou político-militares que, frequentemente, determinam processos migratórios forçados. Num contexto globalizado, os padrões internacionais de procura e oferta de trabalho, as oportunidades proporcionadas pelas tecnologias de transportes e comunicações e a emergência de redes familiares transnacionais exercem um efeito propiciador e multiplicador das opções de mobilidade humana. Por sua vez, as dinâmicas demográficas e socioculturais, quer nos países desenvolvidos quer nos países em desenvolvimento, reforçam os factores determinantes da mobilidade. Os países desenvolvidos confrontam-se com reduzidos níveis de natalidade e com o crescente envelhecimento da sua população, constituindo-se como pólos de atracção para os jovens oriundos de regiões onde as oportunidades económicas são mais escassas. São cada vez em maior número as pessoas que se deslocam motivadas pela procura de espaços socio-institucionais de concretização das suas aspirações profissionais e dos seus direitos de cidadania.

O consenso crescente que tem vindo a ser estabelecido sobre a extensão e impacto das migrações pode, assim, ser sintetizado através dos seguintes eixos:

- Trata-se de um fenómeno social transversal, com efeitos em diferentes áreas de intervenção política;
- As projecções e estimativas existentes sugerem uma continuidade, ou até mesmo uma aceleração, dos fluxos migratórios internacionais e internos;
- Os fluxos migratórios, internacionais e internos, são cada vez mais multidireccionais, multifásicos e com um carácter menos permanente;
- Têm-se registado transformações substanciais ao nível dos padrões das migrações internacionais, destacando-se actualmente o facto da grande maioria dos migrantes ser caracterizada por baixas e médias qualificações, bem como o peso relativo crescente das mulheres nos fluxos migratórios;
- A procura de melhores oportunidades económicas e sociais é uma motivação determinante das migrações internas, quer no sentido rural-urbano quer no sentido urbano-urbano; os efeitos das mudanças climáticas são um factor adicional de mobilidade interna cada vez mais importante, sendo cada vez mais frequentes os casos de mobilidade temporária;
- O valor actual das remessas de emigrantes nos países de baixo e médio rendimento excede os recursos provenientes do Investimento Directo Estrangeiro e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, conferindo-lhes um potencial inigualável no quadro das estratégias de redução da pobreza e de promoção do desenvolvimento sustentável;
- Sendo geradores de efeitos tanto positivos como negativos, os fluxos migratórios, internacionais e internos, necessitam de ser acompanhados e geridos, com vista à

maximização dos seus benefícios e à minimização das suas externalidades negativas, quer nos países de origem quer nos países receptores, sendo desejável a sua consideração de forma sistemática nas estratégias e planos de desenvolvimento nacionais e regionais.

2. A Agenda das NU sobre o Desenvolvimento pós-2015: o foco na articulação positiva entre Migração e Desenvolvimento

2.1 Rio+20

A Rio+20 foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que contou com a participação de quase todos os países do mundo (mais de 190) para discutir como assegurar o crescimento económico, a redução da pobreza e a preservação do meio ambiente.

Foram seleccionados dois temas centrais: a economia verde, que diz respeito a um novo modelo de produção que degrade menos o meio ambiente, e a governança internacional, que se refere às estruturas político-institucionais necessárias para alcançar esse objectivo. Entre 16 e 19 de Junho de 2012, no Rio de Janeiro, teve lugar um conjunto de Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável cujo principal objectivo consistiu em estabelecer um debate alargado que contasse com o envolvimento tanto da sociedade civil como das instâncias oficiais.

A problemática das migrações esteve muito presente na Rio+20. A articulação entre os fluxos migratórios e o meio ambiente constituiu, aliás, um dos eixos centrais do debate. Para além de se terem analisado os impactos que as mudanças ambientais provocam sobre a geração, magnitude e orientação dos movimentos humanos, foi sublinhada a necessidade de intensificar os esforços no sentido da redução dos riscos de desastres, nomeadamente os que decorrem de catástrofes naturais, degradação ambiental e mudanças climáticas. Importa destacar a perspectiva de que as migrações, para além de contribuírem para a degradação ambiental e de serem elas próprias co-determinadas pelas mudanças climáticas, constituem também uma estratégia de resposta, de sobrevivência e de adaptação por parte das populações, a qual permite minimizar ou mitigar os impactos negativos das alterações climáticas.

Encarar as migrações não apenas como parte do problema mas também como parte da solução pode, num contexto de processos organizados e planeados, contribuir para minimizar os efeitos das mudanças climáticas e para aumentar os níveis de segurança humana e ambiental.

Na Rio+20 foi também abordada a relação entre as migrações e a urbanização acelerada. Os fluxos contínuos de migrantes, refugiados e outros deslocados são um dos factores que estão na origem do rápido crescimento das cidades. Muitas destas pessoas provêm de zonas rurais ou pequenas cidades. Embora sejam normalmente atraídas para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida, é também frequente que migrem por causa de fragilidades ambientais ou para se adaptarem às mudanças climáticas. Aqueles que são forçados a migrar buscam frequentemente a protecção e as oportunidades que as cidades podem proporcionar, ainda que muitas vezes acabem por instalar-se em comunidades vulneráveis com níveis elevados de densidade populacional ou em assentamentos periféricos desprovidos de todo o tipo de serviços básicos.

Segundo as estimativas das Nações Unidas, a população mundial atingiu recentemente os 7 mil milhões de habitantes. O ritmo acelerado de crescimento populacional coloca um conjunto de desafios no que diz respeito à procura de uma convivência mais equilibrada nos centros urbanos ao longo das próximas décadas. Segundo as projecções da ONU, 61% da população mundial viverão em cidades em 2025, ao passo que esta proporção era de apenas 37% em 1975. Das 21 maiores metrópoles do mundo, 14 encontram-se em países subdesenvolvidos – e, em 2025, esta fracção deverá atingir os 89%, em claro contraste com um passado em que a maioria das metrópoles se localizava nos países ricos. Este processo de urbanização acelerada tem feito surgir enclaves urbanos, caracterizados pela modernidade e bem-estar, mas cerca-dos de exclusão, pobreza e miséria.

2.2 Agenda Global de Desenvolvimento pós 2015

As Nações Unidas têm em curso um processo alargado de consultas e reflexão tendo em vista a definição da sua agenda pós-2015. Sob a liderança do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais e do PNUD, o sistema das Nações Unidas mobilizou as suas diferentes agências e instituições no sentido da promoção de um processo de auscultação global que possibilite o acesso a contributos analíticos, a conhecimento especializado e à discussão sobre quais deverão ser os eixos estruturantes da nova Agenda pós-ODM.

Angola foi seleccionada como um dos 50 países-piloto para a realização de consultas nacionais. Através do Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, o Governo Angolano concordou com a participação nesse processo, tendo vindo a ser organizadas diversas iniciativas com vista à elaboração do contributo angolano no contexto da formulação da Agenda Global de Desenvolvimento pós-2015.

3. Tendências das migrações na África Subsaariana

Na maioria dos países da África subsaariana, duas das principais características da população consistem na sua juventude e nos níveis elevados de mobilidade. A mobilidade transfronteiriça no seio do continente é de certa forma facilitada pela existência de fronteiras porosas, pela insuficiente capacidade de gestão dos fluxos fronteiriços, pelas fortes ligações comerciais e culturais entre as populações e pelas disparidades de desenvolvimento entre países. Enquanto as migrações intercontinentais têm cada vez mais vindo a ser objecto de controle por parte dos países receptores não-africanos. Há ainda a referir um conjunto importante de áreas e países onde o nomadismo e as deslocações comerciais sazonais assumem bastante relevância enquanto dinâmicas migratórias. Contudo, é ao nível regional que grande parte das deslocações se processa, havendo que ter em conta, no caso de Angola, a atracção de destinos migratórios laborais como a África do Sul ou a Namíbia.

Nos tempos mais recentes, os movimentos migratórios africanos desenvolveram-se e complexificaram-se, multiplicando-se os destinos e alongando-se os itinerários. Enquanto as migrações internacionais são, por esta razão, objecto de maior atenção dada a sua relevância no continente e fora deste, também as migrações regionais, continentais e internas têm captado a atenção tanto dos governos nacionais como das organizações regionais.

Ao nível regional, na África Austral, esta elevada mobilidade está na base da elaboração de programas regionais que visam precisamente dar conta dos desafios que as migrações representam em termos de gestão e organização da circulação de pessoas. A OIM apoia os

governos destes países e da SADC (Southern African Development Community) através de programas como o Migration for Development in Africa (MIDA), Immigration and Border Management (IBM), Assisted Voluntary Return and Reintegration (AVRR), Migration Dialogue for Southern Africa (MIDSA), Counter-trafficking Assistance Programme ou ainda iniciativas no domínio da migração e saúde.

Em todo o mundo, o número de pessoas deslocadas internas tem registado um forte crescimento. Face aos 21 milhões registados em 2000, estima-se que, dez anos depois, esse número se situasse já nos 27,5 milhões. Embora a migração regional e internacional/intercontinental se mantenha como a mais comum na África Subsaariana, regista-se um importante dinamismo em termos de migrações internas em quase todos os países. No continente africano, o número de pessoas deslocadas internas ascende actualmente aos 11,1 milhões (IDMC, 2011), sendo indeterminada a percentagem correspondente à África Austral. No caso de países como Angola ou o Zimbabwe, não estão disponíveis dados actualizados, embora se estime que, neste último país, o número de deslocados internos se situe entre os 570.000 e um milhão. O Sudão – considerado um dos países onde actualmente estes números são mais elevados (perto de 5 milhões), a República Democrática do Congo (1,7 milhões) e a Somália (1,5 milhões) são os países africanos que constam da lista mundial dos mais afectados pelas deslocações internas.

Contudo, embora as deslocações continuem a crescer no continente americano, na Ásia, na Europa e no Médio Oriente, o último relatório do Norwegian Refugee Council's Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC, 2011) dá conta de um decréscimo estável, desde 2004, do número de deslocados internos em África. Em 2006, o continente ainda contava com o maior número de deslocados internos do mundo: quase 12 milhões em 21 países (IDMC, 2007). Em 2011, o número de deslocados internos na África Subsaariana era de 9,7 milhões, distribuídos por 21 países. O Sudão, a R.D. Congo e a Somália eram os países onde a deslocação interna assumia maior dimensão.

A nível internacional, sobretudo sob liderança da Organização Internacional para as Migrações (OIM), as deslocações internas em África têm estado no centro das preocupações das políticas de apoio aos direitos dos deslocados internos. A atenção acrescida a estas questões culminou com a adopção, em 2009, da Convenção de Kampala por parte da União Africana – convenção esta que ainda está por ratificar em 15 estados-membros.

Entre os principais aspectos referidos no contexto da África Subsaariana, destacam-se os deslocados internos forçados a abandonar os seus lugares de residência habitual em resultado de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos, ou desastres naturais ou produzidos pelo Homem. Por outro lado, a instabilidade e a precariedade das situações económicas e/ou políticas na maior parte dos estados conduzem também a movimentos populacionais que, embora resultando de causas aparentemente menos dramáticas, afectam também de forma profunda a vida e a subsistência de muitos africanos.

Em todo o mundo, a urbanização é precisamente um resultado destes movimentos internos, estando muito associada à industrialização – devido à necessidade de mão-de-obra operária e à mecanização da agricultura. Em África, contudo, os processos de urbanização não resultaram necessariamente da industrialização. Foram outras as causas que levaram a um contínuo êxodo rural, destacando-se em alguns casos conflitos associados à posse da terra, bem como questões relacionadas com a pobreza e com a procura de melhores condições de

vida. Alguns estudos realizados na África Subsaariana sugerem que uma das consequências dos Programas de Ajustamento Estrutural, em consequência da redução do sector público e da diversificação das estratégias de obtenção de rendimento, foi precisamente um incremento da mobilidade rural-urbana.

De acordo com o UNCHR (1998), as consequências para os deslocados internos prendem-se sobretudo com a quebra de laços familiares, sociais e culturais, o aumento de relações laborais de dependência, a redução das oportunidades de acesso à educação, a negação da satisfação de necessidades básicas como a alimentação, o alojamento ou o acesso a medicamentos, e a exposição de pessoas inocentes a ataques:

“[As deslocações internas] destroem as famílias, provocam cortes sociais e culturais, cessam com relações de trabalho fiáveis, perturbam as oportunidades educacionais, negam o acesso a necessidades vitais como a comida, o abrigo e medicamentos e expõem pessoas inocentes a actos de violência como ataques a campos de refugiados, desaparecimentos e violações. Seja concentrando-se em campos, fugindo para o campo para se esconderem de potenciais fontes de perseguição e violência ou submergindo em comunidades igualmente pobres e despossuídas, os deslocados internos estão entre as populações mais vulneráveis, desesperadamente precisando de protecção e assistência” (p. 2).

Para além destas consequências, as deslocações internas afectam sobretudo determinados tipos específicos de indivíduos e grupos. As mulheres constituem, hoje, uma grande parte dos trabalhadores migrantes, sendo as principais vítimas das deslocações internas e do tráfico de seres humanos. A pressão imposta pelos papéis de género e pelas práticas socioculturais é um dos factores explicativos do aumento dos fluxos migratórios femininos no contexto da alteração radical do seu contexto envolvente. Também as crianças são sobretudo afectadas no que diz respeito à sua educação e protecção, sendo em muitos casos integradas em redes de tráfico e/ou trabalho infantil.

Uma das consequências mais visíveis das deslocações internas consiste na concentração de grande número de deslocados em campos de refugiados. Contudo, em muitos países da África Subsaariana, as deslocações internas fazem sobretudo aumentar a população que se concentra nas cidades, tidas em muitos contextos como refúgios da fome, dos conflitos e dos desastres naturais.

Uma das principais implicações da urbanização crescente em contextos de pobreza, como é o caso na maior parte da África Subsaariana, diz respeito às condições relacionadas com a saúde. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009 refere que, de um modo geral, os migrantes têm uma maior probabilidade de melhorar os respectivos níveis de saúde e ensino do que as pessoas que permanecem nos países ou áreas de origem. Exceptuam-se, contudo, os migrantes forçados que, na maior parte dos casos, passam a ter um acesso mais dificultado a estes serviços. Por outro lado, as consequências negativas incluem: o facto de a migração poder afectar a capacidade e/ou os factores de incentivo dos agregados a investir na saúde; o facto dos movimentos populacionais poderem ser acompanhados pelo aumento da transmissão de doenças; e o efeito negativo potencial da migração (sobretudo por parte de profissionais qualificados na área da saúde) ao nível da oferta pública de cuidados de saúde (PNUD, 2009).

No âmbito dos possíveis efeitos positivos, são maiores aqueles gerados pelas migrações internacionais que pelas internas. A migração permite a difusão de conhecimentos e boas

práticas relativamente à saúde; as remessas e os investimentos da diáspora podem fazer aumentar a oferta privada em matéria de saúde; os migrantes que regressam aos países de origem dispõem frequentemente de novas competências e qualificações e podem introduzir novas práticas; e, finalmente, a necessidade de formação em conformidade com as normas internacionais permite melhorar as normas nos próprios países de retorno.

4. Migrações em Angola

No passado recente – e, especialmente, durante o conflito militar prolongado –, as dinâmicas de migração em Angola foram predominantemente caracterizadas pela migração rural-urbana interna, devido à deslocação forçada das populações em direcção aos centros urbanos em busca de níveis mais elevados de segurança física e alimentar. O êxodo de refugiados em direcção às regiões transfronteiriças e a migração por motivos económicos de trabalhadores qualificados e menos qualificados, a nível doméstico, intra-regional e extra-regional também determinaram parte significativa dos fluxos migratórios. Desde o estabelecimento da paz em 2002, as dinâmicas migratórias em Angola são essencialmente caracterizadas por fluxos mistos, que incluem o afluxo massivo dos refugiados angolanos nos países vizinhos e a subsequente mobilidade interna, os trabalhadores migrantes, os requerentes de asilo, os migrantes irregulares e as pessoas traficadas para Angola.

4.1 Migrações internas

Em Angola, para além das tendências de urbanização colonial motivada por uma (relativa) necessidade de mão-de-obra associada à indústria e aos serviços, foi sem dúvida depois da independência que se registou a maior concentração de população nos centros urbanos. A causa principal para o aumento exponencial da urbanização em Angola durante estes mais de 30 anos, que se estende mesmo até ao restabelecimento da paz em 2002, foi a guerra civil.

As migrações internas coloniais dizem sobretudo respeito aos longos anos em que predominou o sistema escravagista, obrigando milhões de pessoas a deslocar-se das suas áreas de origem. A supressão deste sistema não fez, contudo, diminuir o número de migrantes internos, já que a manutenção de um regime de trabalho forçado, a par da procura de melhores condições de vida nas cidades por parte da população rural, manteve elevados os números respeitantes ao êxodo rural.

Com a independência do país em 1975, as migrações internas aumentaram exponencialmente devido à eclosão da guerra civil, que afectou sobretudo as áreas rurais. Por um lado, a guerra implicou a deslocação interna de um elevado número de militares, ao mesmo tempo que impediu a deslocação de um número elevado de pessoas que foram mantidas em cativeiro pelas forças beligerantes. Por outro lado, a conflito armado angolano forçou contingentes populacionais significativos a refugiarem-se nas cidades, tidas como refúgio para a guerra que se desenrolou sobretudo no meio rural. Em todas as cidades, sobretudo Luanda, assistiu-se durante várias décadas a um crescimento contínuo e elevado da população. Na altura do conflito, o número de deslocados internos angolanos foi estimado em 3,8 milhões (BAD / OECD, 2008: 133).

Após o final da guerra, em 2002, o retorno às áreas rurais desta população não foi significativo e o ritmo de crescimento das cidades manteve-se elevado. A causa principal deste crescimento continuou a ser a procura de melhores condições de vida, num contexto pós-guerra de elevada pobreza e precariedade. Porém, os padrões da migração interna tornaram-se mais complexos.

Em Luanda e noutros centros urbanos, as populações também estão em movimento – e vão ocorrendo com maior frequência fenómenos de migração temporária, com carácter inter-provincial.

4.2 Migrações internacionais

Em relação à migração internacional, foram feitos grandes esforços no final da guerra para o regresso das populações às suas áreas de origem. O Programa de Repatriamento Voluntário (2003-2007) conduzido em parceria pela OIM, pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) e pelo Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS) visou o repatriamento de cerca de 420.000 refugiados que se encontravam fora do país. Depois desta operação, que terminou em Março de 2007, cerca de 146.814 angolanos optaram por permanecer nos países de asilo na condição de refugiados: 27.073 na Zâmbia, 111.589 na República Democrática do Congo (RDC), 5.600 na Namíbia e 2.652 no Congo Brazzaville.

Entre Junho de 2011 e Junho de 2012, verificou-se o regresso de 23.343 cidadãos angolanos, no quadro de um programa de repatriamento voluntário e organizado aprovado em 2010 pelo Executivo angolano e implementado em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que incide sobre cerca de 53 mil refugiados angolanos que pretendiam regressar a partir do Botswana, do Congo-Brazzaville, da República Democrática do Congo, da Namíbia e da Zâmbia. Contudo, se os números relativos às migrações internacionais são mais facilmente estimados, o mesmo não acontece em relação aos migrantes internos. O número destes últimos é indeterminado e, quando disponível, refere-se apenas aos deslocados internos presentes em Cabinda. No entanto, quer devido à conflito armado duradoura, quer a catástrofes naturais (como as cheias), estima-se que o número de migrantes internos seja elevado, o que é consistente com o aumento exponencial da população urbana.

Em 2001, ainda antes do final da guerra, Angola e o Sudão continham o número mais elevado de deslocados internos no contexto da África subsaariana, contando com quatro milhões ou mais de deslocados (IDMC, 2010: 15). Por volta do final de 2005, estes valores haviam decrescido, no caso de Angola, para menos de 20.000 (19.566, tendo em conta os valores de referência das NU para a região de Cabinda). Desde 2005, contudo, que o número de deslocados internos não é monitorizado, sendo por essa razão desconhecido.

Os refugiados originários de Angola foram estimados, em Janeiro de 2009, em 171.393; os requerentes de asilo em 741, e os migrantes retornados em 13.052 (ACNUR Angola, 2009).

O Botswana, a República Democrática do Congo (RDC), a República do Congo e a Zâmbia foram os principais países receptores de refugiados angolanos. De acordo com a ACNUR, o número total de retornos entre 2002 e 2007, no quadro do processo de repatriamento organizado dos refugiados angolanos, foi de 420.900, permanecendo cerca de 190 mil refugiados angolanos na RDC, República do Congo, Zâmbia e em outros países (ACNUR, 2008: 277). A mesma instituição reporta que, em 2009, Angola continha 12.710 refugiados oriundos de outros países (dos quais 11.400 provindos da RDC) e 3.185 requerentes de asilo (ACNUR Angola, 2010). Em 2011, ainda segundo os dados do ACNUR, o número de refugiados em Angola situava-se nos 16.233, ascendendo o número de requerentes de asilo a 3.167. (ACNUR, 2011)

As Normas sobre o Reassentamento das Populações Deslocadas publicadas pelo Governo de Angola em 2001 (e regulamentadas em 2002) visaram sobretudo as populações afectadas

diretamente pelo conflito logo após o seu término, reconhecendo a importância de que o seu reassentamento tivesse lugar de forma voluntária, implicando o envolvimento dos próprios nos procedimentos com vista ao reassentamento, identificação e distribuição de terras. Embora este processo se tenha de certa forma diluído no contexto nacional, muitos dos efeitos tanto das deslocações durante a guerra como das políticas e acções de reinserção e reintegração das populações deslocadas continuam a fazer-se sentir. De entre estes, destaca-se a elevada concentração em meio urbano, sobretudo no litoral do país.

Em termos de migrações internacionais, os dados são aparentemente mais claros e actualizados. De acordo com a OIM – organização da qual Angola é estado-membro desde 1991 – a taxa de migração bruta para 2010-2015 é estimada em 0,8 migrantes por cada mil habitantes, representando os imigrantes, em 2010, 0,3%. A percentagem de mulheres imigrantes, em 2010, correspondia a 53% (OIM, 2010-2011). Quanto aos emigrantes, um estudo do Banco Mundial de 2008 estimava o stock de emigrantes angolanos em 522.964, referindo como principais países de destino Portugal, a Zâmbia, a Namíbia, a R.D. Congo, a Alemanha, a França, o Reino Unido, o Brasil, a Espanha e os EUA (WB, 2008).

5. Contexto normativo e institucional da problemática das migrações

5.1. Internacional

Em termos internacionais, os migrantes encontram-se cobertos por um quadro legal e normativo bastante amplo, que inclui a Declaração Universal dos Direitos Humanos e sete tratados da ONU sobre direitos humanos: a Convenção Internacional de 1965 para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; a Convenção Internacional de 1966 sobre Direitos Civis e Políticos; a Convenção Internacional de 1966 sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais; a Convenção de 1979 sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; a Convenção de 1984 contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes; a Convenção de 1989 sobre os Direitos da Criança; e a Convenção Internacional de 1990 sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

A Convenção Internacional de 1990 sobre Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e das Suas Famílias, que fixa, de forma específica, os direitos dos migrantes, entrou em vigor em 2003 e foi, até à data, ratificada por 30 Estados. A Convenção de 1990 inclui disposições importantes relacionadas com a prevenção das migrações irregulares, as obrigações dos migrantes e o papel da cooperação entre Estados na regulação da circulação de pessoas de uma forma sensata e equitativa, consagrando os direitos fundamentais de todos os trabalhadores migrantes (regulares ou irregulares), direitos civis e políticos fundamentais (não serem sujeitos a torturas nem a trabalhos forçados, o direito à vida e a um tratamento justo, a segurança das pessoas, e a liberdade de opinião e de religião) bem como alguns direitos económicos, sociais e culturais (o acesso a cuidados médicos de emergência e à educação para os filhos dos trabalhadores migrantes). No entanto, os migrantes irregulares não têm acesso a determinados direitos (por exemplo, o direito ao reagrupamento familiar ou os direitos sindicais). A Convenção de 1990, aprovada a 18 de Dezembro (Dia Internacional do Migrante), estipula que os Estados devem accionar mecanismos cooperativos, com o objectivo do repatriamento digno dos migrantes irregulares e com a finalidade de detectar, prevenir e erradicar a migração irregular e o emprego de migrantes irregulares.

Angola não ratificou a Convenção Internacional sobre a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, que proíbe “a expulsão colectiva” de trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias, a Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, ou o seu Protocolo Facultativo, que estabelece um quadro de monitorização independente das condições de detenção no país. Apesar de ser membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Angola ainda não ratificou o Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (Protocolo do Contrabando) nem o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente de Mulheres e Crianças (Protocolo do Tráfico), embora exista um Plano Nacional de Acção contra o Tráfico e esteja a ser preparada legislação sobre o assunto.

5.2. Nacional

Em termos nacionais, os documentos fundamentais são a Constituição de 2010, a Lei 02/07 e o Decreto Presidencial 108/11.

A Constituição da República de Angola de 2010 garante todas as liberdades e direitos fundamentais, consagra o princípio da igualdade e da não discriminação e vincula os direitos fundamentais que acolhe por referência à Declaração Universal dos Direitos do Homem, à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e aos tratados internacionais sobre a matéria ratificados pela República de Angola.

A Lei sobre o Regime Jurídico dos Estrangeiros (Lei 02/07), entrada em vigor a 31 de agosto de 2007, garante aos cidadãos estrangeiros que se encontram em Angola os mesmos direitos e deveres de que gozam os cidadãos angolanos, com excepção de alguns direitos políticos e de outros direitos expressamente reservados aos cidadãos angolanos, tais como o exercício de funções públicas ou a liderança de sindicatos ou associações profissionais. A lei permite que se realizem expulsões de cidadãos estrangeiros sem prejuízo dos acordos ou convenções internacionais de que a República de Angola seja parte. O Decreto Presidencial 108/11 promulgou, a 25 de maio de 2011, os regulamentos da lei de 2007.

Porém, existem ainda outros instrumentos legais relevantes sobre estas matérias, nomeadamente a Lei da Nacionalidade (Lei n.º 1/05 de 1 de Julho), a Lei sobre o Estatuto do Refugiado (Lei n.º 8/90 de 26 de Maio), o Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Angola e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados para o repatriamento voluntário e reintegração de Refugiados Angolanos, o Decreto sobre o emprego da força de trabalho estrangeira não residente (Decreto n.º 5/95 de 7 de Abril) ou o Regulamento sobre o Exercício da Actividade Profissional do Trabalhador Estrangeiro Não Residente (Decreto n.º 6/01 de 19 de Janeiro).

A arquitectura institucional angolana responsável pelas migrações abrange três ministérios: o Ministério do Interior, que integra o Serviço de Migrações e Estrangeiros e a Polícia de Guarda Fronteira; o Ministério das Relações Exteriores, que engloba o Instituto das Comunidades Angolanas no Exterior e Serviços Consulares (ICOMSEC); e o Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, sob cuja alçada funciona o Instituto Nacional de Estatística.

É no Ministério do Interior que se situa o poder essencial relativo à gestão das migrações. De acordo com o Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, o Serviço de Migração e Estrangeiros é o órgão a que compete promover e coordenar a execução das medidas e acções inerentes ao trânsito, entrada, permanência, residência e saída dos cidadãos estrangeiros do território nacional, o controlo do movimento de pessoas através dos postos de fronteira, terrestres,

marítimos, aéreos e fluviais, bem como a emissão e controlo do passaporte nacional. Na sua estrutura orgânica, o SME integra um Departamento de Estrangeiros, um Departamento de Fronteiras e um Departamento de Controlo de Refugiados, ao qual cabe também a responsabilidade pela realização das entrevistas iniciais dos processos de pedido de asilo, antes do respectivo envio para o Comité de Reconhecimento do Direito de Asilo (COREDA), que o SME também integra.

O ICOMSEC, tutelado pelo Ministério das Relações Exteriores, visa acompanhar e dar assistência cultural e informativa às comunidades angolanas no exterior, apoiar o processo de reinserção social dos quadros e outros cidadãos que regressam definitivamente ao País e trabalhar em estreita colaboração com a Direcção Geral dos Assuntos Jurídicos, Consulares e Contencioso e com os diferentes Consulados, organismos e instituições nacionais vocacionadas para o apoio às comunidades angolanas no exterior.

Para além das instituições governamentais, destaca-se a presença e o papel desempenhado por vários organismos do sistema das Nações Unidas, nomeadamente a OIM, o FNUAP e o UNHCR. Angola tornou-se em Estado-Membro da OIM em 1991 e a Organização tem vindo a operar em Angola desde 1994, com foco na assistência às populações deslocadas mais vulneráveis, incluindo os deslocados internos, refugiados angolanos e ex-combatentes desmobilizados, bem como a implementação de projectos multi-sectoriais de reintegração das comunidades afectadas pelas deslocações. O processo de repatriamento e reintegração dos refugiados foi conduzido pelo Governo angolano em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR/UNHCR) e com o apoio logístico da OIM. Para além disso, a OIM trabalha com os departamentos governamentais e outros parceiros na promoção activa da protecção das populações migrantes mais vulneráveis, tais como os menores não acompanhados e adultos que regressam da Europa ou as vítimas de tráfico humano, através da realização de pesquisas, formação e capacitação de agentes policiais, realização de campanhas de sensibilização e vários tipos de assistência directa.

As outras instituições do universo das NU que se relacionam directamente com as diferentes problemáticas associadas à mobilidade humana são o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP/UNPFA), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR/UNHCR) e o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR).. O mandato do UNPFA determina, entre outros objectivos, que a organização apoie os Governos na realização de censos e inquéritos e na pesquisa e análise das relações entre população e desenvolvimento. No centro das suas atenções estão fenómenos como as migrações, o envelhecimento, as mudanças climáticas e a urbanização. Quanto ao ACNUR/UNHCR, o foco é colocado nos desafios de protecção colocados pela conexão entre a protecção dos refugiados e a migração, no sentido de se encontrarem processos e mecanismos que garantam que as políticas de migração não comprometem o direito de asilo. A compreensão das dinâmicas de migração, das políticas dos Estados e das orientações das organizações regionais e internacionais é fundamental para assegurar soluções que proporcionem protecção efectiva aos refugiados. Com o seu mandato limitado à promoção dos direitos humanos, a intervenção do OHCHR no que respeita às migrações visa garantir que os migrantes, regulares e irregulares, beneficiam de um tratamento por parte das autoridades que não coloque em causa os seus direitos enquanto seres humanos.

6. Os dados sobre migrações no contexto angolano

No contexto angolano, os dados disponíveis sobre migrações internacionais são os que resultam das estatísticas geradas pelos processos de natureza administrativa e jurídica, recolhidos e gerados por instituições como o SME, a Polícia de Guarda Fronteira e o ICOMSEC.

No que se refere às migrações internas, a informação existente só agora começa a ser produzida de forma sistemática. O INE incluiu questões sobre as migrações internas no Inquérito sobre o Bem-estar das Populações 2008/2009 e irá efectuar um procedimento semelhante no quadro do processo de Recenseamento Geral da População Angolana, cuja fase preparatória se encontra actualmente em curso. A actuação do INE encontra respaldo na Lei nº 3/11, de 14 de Janeiro, que estabelece as bases da recolha, tratamento, apuramento, análise, difusão e coordenação estatística. Acrescente-se também a Lei nº 19/11, de 20 de Maio, que estabelece a autorização legislativa sobre as bases gerais para o recenseamento geral da população e habitação.

Existe igualmente informação recolhida no quadro da intervenção do MINARS e de Agências do sistema das NU como a OIM, FNUAP, UNHCR e OHCHR, focalizada na situação dos deslocados internos, dos refugiados angolanos nos países vizinhos e dos ex-combatentes desmobilizados, bem como na implementação de projectos de reintegração social das comunidades deslocadas.

7. A pesquisa recente sobre migrações em Angola

Da pesquisa recente sobre Migrações no contexto angolano, iremos destacar um estudo sobre as articulações entre a migração interna, a urbanização e saúde, realizado em 2012, um estudo sobre a reintegração dos migrantes retornados, realizado também em 2012, e um estudo sobre o impacto das remessas dos emigrantes angolanos na África do Sul e em Portugal sobre as condições de vida das comunidades beneficiárias, realizado em 2007.

7.1. Migrações internas, urbanização e saúde em Angola

O estudo teve como objectivo principal estudar as articulações entre a migração interna, a urbanização e a saúde em Angola. Promovido pelo Observatório ACP das Migrações, pretendeu ainda contribuir para o conhecimento dos padrões de migração interna e avaliar a adequação da estrutura de políticas que o Governo de Angola tem posto em acção no que diz respeito à mobilidade interna.

Foi elaborado com base em fontes tanto secundárias – revisão bibliográfica (literatura sobre migrações relativa a África e a Angola, parte dela gerada no quadro da actuação da OIM), um clipping da imprensa escrita angolana sobre migrações e temas afins e a exploração e análise da informação estatística disponível – como primárias (entrevistas realizadas em Angola entre Março e Abril de 2012). Um dos suportes metodológicos da pesquisa foi a realização de estudos de caso. Um dos estudos de caso foi conduzido no Bairro Palanca, no distrito urbano do Kilamba Kiaxi, em Luanda, que contemplou uma série de entrevistas a representantes de instituições de carácter local (Administração Comunal, centros de saúde, escolas, igrejas, ONG, associações, clubes desportivos e comerciantes) e um conjunto de 40 entrevistas a chefes de família seleccionados através de um sistema “bola de neve”. Estas entrevistas procuraram identificar as trajectórias de migração dos informantes a partir da identificação dos municípios de residência em diferentes momentos do seu ciclo de vida, as suas diversas

etapas, as respectivas motivações, bem como as experiências no acesso aos serviços sociais básicos e aos serviços de saúde em particular. Relativamente aos serviços de saúde, procurou-se obter informação relacionada com a percepção e avaliação dos informantes relativamente à acessibilidade e qualidade dos serviços de saúde com que contactam. Foram também realizados estudos de caso nas províncias do Huambo e Benguela, onde vive uma elevada percentagem de retornados, ex-militares e deslocados internos.

Da pesquisa emergiu a conclusão de que a migração e o desenvolvimento, que são fenómenos caracterizados por conexões históricas, sociopolíticas e económicas, podem diferir substancialmente em função dos contextos específicos. Para além das migrações campo-cidade e entre centros urbanos, a pesquisa constatou a existência de fluxos migratórios temporários com diferentes características. Por outro lado, este estudo permitiu também validar algumas hipóteses constantes da literatura previamente existente, no que se refere às características do processo de assentamento e fixação das populações migrantes. Relativamente ao acesso aos serviços de saúde, as principais constatações da pesquisa apontam para que não existam grandes diferenças entre migrantes e não-migrantes e sugerem que a mobilidade interna em Angola relacionada com a saúde é determinada sobretudo pela procura de melhores condições de acesso aos serviços. Constatou-se também que, no contexto angolano, a gestão dos fluxos migratórios não se caracteriza ainda por uma intervenção suficientemente coordenada e articulada ao nível das diferentes políticas sectoriais.

Principais recomendações do Estudo

- a) O Governo angolano deverá apostar na disponibilização de terra aos migrantes regressados e suas famílias para uso em habitação e para lhes permitir realizarem actividades socioeconómicas, incluindo a agricultura;
- b) Os programas e projectos de reintegração devem basear-se numa lógica de equidade face aos programas destinados à população em geral, sem perder de vista a importância de atender às necessidades, preocupações e potencialidades específicas dos migrantes regressados;
- c) Sugere-se a criação de um programa específico para mapear as competências académicas e profissionais dos migrantes regressados, no sentido de mobilizá-las, em articulação com instituições públicas e privadas, para o processo de reconstrução e desenvolvimento do país;
- d) As instituições que directa ou indirectamente lidam com e/ou participam nos processos de retorno e reintegração em Angola devem instituir, ampliar e revitalizar campanhas de sensibilização para que os migrantes regressados possam ser vistos como agentes de desenvolvimento humano e não como um fardo socioeconómico para a sociedade angolana;
- e) Mais estudos nacionais e transfronteiriços em matéria de migração e desenvolvimento devem ser promovidos para facilitar os esforços de reintegração, tanto a nível estratégico como operacional, devendo prestar-se atenção especial às especificidades regionais dentro do território angolano;

- f) O Governo de Angola deve considerar seriamente negociar com os países vizinhos e outros países que receberam angolanos ao abrigo do estatuto de refugiado durante a conflito armado prolongada e estabelecer acordos para que a migração de retorno seja uma experiência mais positiva ou, em alternativa, para que os países de acolhimento actuem no sentido da integração local dos refugiados que neles permanecerem, concedendo-lhes a cidadania no caso desta ser a solução mais vantajosa para todas as partes.

7.2. Estudo sobre a integração dos migrantes recentemente regressados a Angola

O estudo sobre a integração dos angolanos que regressaram recentemente visou analisar a migração de retorno, as estratégias de reintegração e as relações entre estes fluxos migratórios e o desenvolvimento humano. A metodologia deste estudo envolveu a realização de uma série de entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave em representação de instituições governamentais, ONG e outras partes interessadas intergovernamentais. Foram também aplicados questionários semi-estruturados junto de uma amostra de migrantes regressados da Zâmbia, RDC e Namíbia que residem actualmente nas cidades do Huambo, Luanda e Luená. Foram ainda realizadas entrevistas não-estruturadas junto de uma sub-amostra em Maquela do Zombo, bem como um grupo focal de discussão, que complementou a informação resultante do inquérito e das entrevistas institucionais.

Das principais conclusões, destacam-se as seguintes ideias: os resultados mostraram que a maioria dos migrantes inquiridos regressou do país vizinho mais próximo da sua residência actual; parte significativa dos inquiridos revelou encontrar-se actualmente em melhor ou igual situação socioeconómica em relação às condições de que dispunham nos países de acolhimento, sendo que a maioria se manifestou satisfeita com o nível de acesso aos serviços sociais disponíveis; uma elevada percentagem dos entrevistados referiu explicitamente a assistência do Governo de Angola no processo de retorno, sendo reclamada maior atenção ao caso específico dos retornados altamente qualificados; finalmente, o estudo concluiu que são necessários estudos adicionais de avaliação das necessidades que sirvam de base à elaboração de planos e políticas de reintegração mais adequadas e eficazes..

Principais recomendações do Estudo

- a) Promover a realização de mais avaliações nacionais e provinciais específicas em matéria de migração e desenvolvimento.
- b) Estabelecer protocolos com instituições de ensino superior, público e privado, para a criação de mecanismos de incentivo à pesquisa científica orientada para o fenómeno das migrações.
- c) Conhecer melhor as assimetrias regionais e as questões de saúde mais pertinentes.
- d) Promover a articulação entre os conhecimentos sobre as migrações internas e a formulação e implementação de políticas públicas.
- e) Promover a advocacia orientada para a formulação e inclusão de uma estratégia nacional de migrações nas estratégias e políticas nacionais de desenvolvimento.

- f) Promover a criação de um observatório nacional para as migrações e de observatórios provinciais sobre as migrações.
- g) Definir orientações que vinculem as instituições de saúde e de ensino públicas à recolha e tratamento de dados estatísticos sobre os seus membros e utentes, que permitam conhecer a sua província de naturalidade e as suas trajectórias residenciais.
- h) Sensibilizar as estruturas de decisão na área da saúde para a necessidade e importância do planeamento dos serviços e da formação dos profissionais de saúde orientados para a diversidade intercultural ou linguística que caracterizam o contexto angolano.

7.3. Estudo sobre o fluxo de remessas para Angola a partir da diáspora em Portugal e sobre o seu actual uso e impacto sobre as comunidades receptoras

O objectivo deste estudo consistiu em recolher e analisar dados relativos ao envio de remessas para Angola por parte dos emigrantes residentes em Portugal e África do Sul e em investigar e analisar a sua utilização pelos respectivos beneficiários em Angola. A análise incluiu um estudo dos impactos das remessas de imigrantes nas famílias de origem e documentou algumas políticas e práticas relacionadas com os fluxos de remessas entre Portugal, África do Sul e Angola. Este estudo foi realizado com a colaboração de três equipas de investigação com base em Angola, Portugal e África do Sul.

A pesquisa baseou-se numa combinação de métodos de recolha de dados, incluindo uma revisão da literatura pertinente, um inquérito às famílias realizado em Angola e entrevistas individuais com emigrantes angolanos residentes na África do Sul e Portugal. Vários grupos focais foram também realizados em Angola, Portugal e África do Sul para validar e complementar as conclusões das entrevistas individuais. Os dados foram colectados ao longo de três meses, entre Dezembro de 2008 e Fevereiro de 2009, em vários locais de origem de emigrantes de Angola (Huambo, Luanda, Luena e Menongue), bem como na área metropolitana de Lisboa e na Cidade do Cabo na África do Sul, que contam com uma forte presença de comunidades angolanas emigradas.

O estudo concluiu que os principais determinantes dos fluxos migratórios de Angola para Portugal e África do Sul consistem na relação de longo prazo estabelecida desde o período colonial entre Angola e Portugal, na evolução das dinâmicas migratórias intra-SADC e nas consequências do conflito armado em Angola, tendo a década de 1990 correspondido ao período mais intenso da emigração.

A informação obtida permitiu concluir que as remessas constituem uma importante fonte suplementar de rendimento para uma grande parcela das famílias (em 38% dos casos, as remessas constituem 21% a 80% do rendimento familiar mensal e em 16 % dos agregados familiares, as remessas constituem a totalidade do rendimento mensal). Os principais beneficiários de remessas são os parentes mais próximos dos migrantes, ou seja, os pais (especialmente a mãe), irmãos, filhos e cônjuges/ex-cônjuges, bem como outros membros da família.

Os imigrantes angolanos em Portugal e África do Sul utilizam essencialmente dois tipos de

canais de transferência: serviços registados e entrega em mão. A utilização do sistema bancário é ainda reduzida. Embora os níveis de inclusão financeira sejam baixos, há a necessidade de expandir os serviços financeiros associados às remessas, nomeadamente através de mecanismos de microfinanças.

De acordo com 67% dos inquiridos, as remessas são utilizadas para atender a necessidades domésticas básicas, para a compra de consumíveis e para o pagamento de serviços. Por outro lado, as remessas têm ajudado a melhorar a segurança alimentar para a maioria das famílias e as oportunidades educacionais dos membros de algumas famílias (principalmente homens), o que sugere que as remessas são uma importante fonte de rendimento complementar que contribui para o bem-estar de muitas famílias em Angola, ainda que os seus impactos não encontrem reflectidos nos indicadores macroeconómicos e sociais.

Principais recomendações do Estudo

- a) Conhecer melhor os angolanos na diáspora, construir elos de confiança e estabelecer contactos sem interferência de factores políticos;
- b) Continuar a criar condições e mecanismos facilitadores do investimento dos recursos originários das remessas em Angola;
- c) Reduzir os custos financeiros das remessas e expandir os serviços nacionais e transfronteiriços de envio de remessas.

8. Conclusões

Os fluxos migratórios, tanto internacionais como internos, constituíram, nos últimos 20 anos, uma das mais importantes características da sociedade angolana. Esta forte dinâmica migratória processou-se de forma não planeada e a sua gestão assumiu um carácter pontual e residual no âmbito da intervenção governativa. A inexistência de orientações políticas específicas focadas na gestão das migrações limitou fortemente o seu impacto positivo no desenvolvimento e na sociedade dos países envolvidos no processo migratório.

A relevância do conhecimento, tão alargado e fiável quanto possível, dos fluxos migratórios que envolvem o Estado angolano, bem como da capacidade e das vantagens de gerir esses mesmos fluxos, resulta, na nossa perspectiva, de diferentes dimensões:

- A colocação do fenómeno migratório, cujo volume e características têm vindo a ser incrementados e alterados no contexto de aceleração do processo de globalização, no foco da agenda política do Estado Angolano, emerge como indispensável, nomeadamente numa fase em que o crescimento da economia angolana se constitui como crescente pólo de atracção para os migrantes (entre outras razões, porque a instabilidade política e a degradação ambiental nos países vizinhos são factores geradores de migração) e em que, simultaneamente, urge transformar esse potencial de crescimento num processo orientado para a redução da pobreza, para a redução das desigualdades (económicas, sociais, provinciais) e para a promoção do desenvolvimento sustentável;
- O conhecimento da natureza, das características e das tendências dos fluxos migratórios que envolvem o Estado e os cidadãos angolanos é um factor fundamental

para que possam ser formuladas políticas públicas adequadas e com probabilidades de sucesso nos diversos domínios.

Para que as remessas dos emigrantes angolanos no estrangeiro e a sua canalização para o investimento à escala nacional, provincial e local possam ser potenciadas, e para que se registre uma maior participação dos angolanos da diáspora no desenvolvimento do país através de processos de transferências de conhecimentos e de tecnologia, de métodos de trabalho e de práticas de empreendedorismo e inovação, constituindo-se assim como factores impulsionadores do desenvolvimento angolano, a mobilidade dos angolanos, que tem vindo a acentuar-se após o estabelecimento da paz em 2002 (e que tem, por exemplo, importantes repercussões na estrutura e nas dinâmicas do mercado laboral), constitui um fenómeno ao qual os decisores deverão estar especialmente atentos – e que deverá ser mobilizado em proveito de uma estratégia de desenvolvimento nacional orientada para a redução das desigualdades administrativo-espaciais (Luanda versus outras províncias; litoral versus interior), bem como para a minimização das desigualdades económicas e sociais e do acentuado diferencial de acesso às oportunidades.

No caso angolano, emergem como constatações igualmente significativas a escassez de dados sobre migrações, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade interna, bem como algumas insuficiências na articulação institucional entre as instituições governamentais e os actores não governamentais que são parte interessada na temática das migrações. Não existe uma Estratégia Nacional para as Migrações, nem sequer uma política integrada orientada para a gestão dos fluxos migratórios. Acresce que se regista também um défice na forma como a agenda das migrações tem vindo a ser integrada na definição da generalidade das políticas públicas e na estratégia nacional de desenvolvimento.

Tudo isto pressupõe uma maior atenção, um melhor conhecimento e uma mais adequada compreensão das relações sinérgicas existentes entre as migrações internas, as migrações internacionais e o desenvolvimento – sem esquecer, naturalmente, as implicações que a gestão (ou a falta de gestão) dos fluxos migratórios induzem nos planos da segurança do Estado, da segurança dos cidadãos e dos migrantes, da salvaguarda dos direitos humanos, das relações comerciais ou do acesso a recursos financeiros.

Neste último plano, coloca-se com especial premência o caso dos angolanos que estiveram refugiados, nomeadamente nos países vizinhos, e que retornaram ao país no quadro de processos de repatriamento e de reintegração económica e social nas comunidades de origem. Aproximadamente 450.000 angolanos refugiados regressaram ao país desde 2003, com o apoio do Governo Angolano, dos Estados de acolhimento e de organizações como o MINARS, a OIM e o UNHCR. É de crucial importância efectuar-se uma avaliação do grau de sucesso da componente de reintegração económica e social, até porque nalguns destes países limítrofes permanece ainda uma população de origem angolana significativa. Acresce que as mulheres, as crianças e os jovens constituem partes significativas deste universo, tornando ainda mais premente a necessidade de perspectivar a sua reintegração numa lógica de sustentabilidade.

Finalmente, importa enfatizar novamente a questão das migrações internas, sobre cujo volume não existem dados precisos. Das deslocações internas forçadas, em relação à capital e a outros centros urbanos, às motivações actuais, caracterizadas pela busca de oportunidades de negócio, de ocupação produtiva e de instrumentos facilitadores de mobilidade social, são diversos os factores que explicam porque é que, nos últimos anos, a mobilidade humana em Angola conheceu um crescimento significativo. Embora os padrões e as motivações

subjacentes aos fluxos migratórios tenham registado alterações, os níveis de vulnerabilidade, de pobreza urbana e de dificuldade no acesso aos serviços sociais básicos continuam a ser muito elevados tanto para os deslocados internos como para os novos migrantes internos.

9. Recomendações

Na nossa perspectiva, a actuação política por parte do Estado angolano em matéria de gestão dos fluxos migratórios deverá ter em atenção os seguintes eixos de intervenção e linhas de orientação principais:

- Ratificar e garantir a implementação das seguintes convenções: Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias; Convenção sobre Migração e Emprego; Convenção sobre Migrações em condições abusivas e de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes; Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar; e Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente de Mulheres e Crianças.
- Incluir a migração como variável prioritária nas estratégias nacionais de desenvolvimento, bem como desenvolver e implementar uma estratégia de migração e desenvolvimento para Angola, com o objectivo de maximizar o impacto do desenvolvimento e das migrações para o benefício dos migrantes, suas famílias, comunidades e países envolvidos. Entre outros aspectos, uma tal estratégia, poderá envolver: o aproveitamento das competências dos migrantes em favor das populações retornadas; a mobilização da diáspora; facilitar a transferência de remessas; facilitar o trabalho circular através de programas de migração de trabalho Sul-Sul para preencher as lacunas de competências existentes no mercado de trabalho nacional, por exemplo no sector da saúde; o fortalecimento de mecanismos de protecção, tais como o desenvolvimento de procedimentos operacionais padronizados ou a criação de abrigos temporários; ou ainda a criação de Centros de Recursos de Migração e de um Observatório das Migrações, a fim de melhor proteger os migrantes mais vulneráveis, como os menores não acompanhados, as mulheres migrantes, as populações deslocadas internamente, os recém-retornados ex-refugiados e as vítimas de tráfico ou exploração do trabalho.
- Levar a cabo exercícios de mapeamento da diáspora nos principais países de destino dos emigrantes angolanos, promovendo uma ampla divulgação e accionando medidas a fim de aprofundar a confiança entre o Governo de Angola e as Associações de angolanos nos países de destino, com vista a facilitar e coordenar o retorno e inserção estruturada dos membros da diáspora nos diversos sectores de actividade em Angola em que se regista escassez de mão-de-obra, o que constituiria um importante contributo, com efeitos de longo prazo, para promover o desenvolvimento sustentável.
- Facilitar as transferências de remessas através de meios formais, através da realização de uma avaliação das modalidades mais eficazes que permitam integrar os factores que impulsionam o uso de dinâmicas de transferência de remessas informais, através da prática de diálogos políticos, no sentido do desenvolvimento de políticas de remessas, da criação de mecanismos operacionais inovadores que possibilitem transferências de remessas mais fáceis, más rápidas e com melhor relação custo-benefício (por exemplo

através de operadoras de telefonia móvel e correios) e do estabelecimento de sistemas (incluindo critérios e incentivos) para canalizar remessas em benefício de programas de desenvolvimento comunitário nas principais comunidades de origem de imigrantes em Angola.

- Realizar uma avaliação abrangente das políticas de migração laboral e das práticas, estruturas e legislação em Angola, bem como um levantamento nacional de competências e análise das lacunas, a fim de determinar as áreas do mercado de trabalho em que a escassez de competências é mais significativa, bem como as áreas em que existe um excedente importante que poderá ser disponibilizado para outros países.
- Realizar um levantamento abrangente sobre o desemprego juvenil em Angola, com especial ênfase na dinâmica de migração rural-urbana.
- Continuar a sensibilização e capacitação de funcionários e OSCs envolvidas na gestão da migração, bem como do público em geral, sobre as necessidades particulares e vulnerabilidades das populações móveis, com a finalidade de promover uma compreensão equilibrada dos fluxos migratórios baseada na convicção de que, se bem gerida, a migração pode constituir um importante factor de desenvolvimento para os migrantes, para as comunidades e para o país como um todo.
- Apoiar os esforços de redução de risco de calamidades e desastres naturais e promover a resiliência das comunidades que são ciclicamente atingidas ou que possam ser mais afectadas por alterações climáticas e movimentos populacionais.
- Aumentar a base de conhecimentos sobre as migrações, promovendo novas pesquisas e esforços de recolha de dados (através, por exemplo, da incorporação de indicadores de migração no censo nacional), nomeadamente em questões emergentes como as necessidades e vulnerabilidades particulares dos migrantes em relação à saúde ou o impacto das alterações climáticas sobre a mobilidade da população, de modo a promover o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências e orientadas para a maximização dos impactos positivos da migração sobre o desenvolvimento.
- Promover o diálogo inter-ministerial, transfronteiriço e regional, com o objectivo de partilhar dados, coordenar a gestão da migração e promover o estabelecimento de acordos bilaterais ou regionais, nomeadamente acordos de migração de trabalhadores, a fim de incentivar a opção pelos canais de migração regular com os Estados vizinhos e com os principais países de origem e de destino dos migrantes.
- Incentivar procedimentos formais de diálogo com os migrantes para incentivá-los a expressar as suas necessidades e preocupações e a participar activamente na vida política e nos processos de decisão, quer como migrantes individuais quer enquanto associações da diáspora.
- Educar o público em geral sobre a contribuição positiva da migração para o país, com a finalidade de promover o reconhecimento do papel deste fenómeno como factor de desenvolvimento e dos direitos e responsabilidades inerentes para os diversos intervenientes.

10. Bibliografia

Abreu, A.

2004. "Migrações e desenvolvimento: alguns comentários críticos", SOCIUS Working Papers nº 6, ISEG-UTL

Ammassari, S.

2005. "Migration and Development: New Strategic Outlooks and Practical Ways Forward. The Cases of Angola and Zambia", IOM Migration Research Series, nº 21, IOM.

Assembleia Nacional

Lei no. 2/07 de 31 de Agosto, Diário da República, Sexta-feira, 31 de Agosto de 2007, I Série – No 105, p. 1569-1588.

Banco Africano de Desenvolvimento

African Economic Outlook 2008: Angola, AfDB/OECD, 2008,
<http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/30727878-EN-ANGOLA-AEO2008.PDF>

Black, R., et al.

2006. Migration and Development in Africa: An Overview. African Migration and Development Series No. 1. Cape Town: Southern African Migration Project (SAMP).

Bakewell, O.

2000. Repatriation and Self-Settled Refugees in Zambia: Bringing Solutions to Wrong Problems. Journal for Refugee Studies, 13(4): 356-373.

Brinkman, I.

2003. Refugees on Routes Congo/Zaire and the War in Northern Angola (1961 - 1974). International Symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication, and History, Berlin.

Bryceson, D. et al.

2003. "Sustainable livelihoods, mobility and access needs", TRL Report 544, Transport Research Laboratory Limited.

Chappell, L. e D. Sriskandarajah

2007. "Mapping the development impacts of migration. Development on the Move", Working Paper 1, Global Network Development.

Cross, C.

2003. Migrant Workers Remittances and Micro-finance in South Africa. Human Sciences Research Council, Pretoria, South Africa, June.

Crush, J., S. Peberdy e Williams, V.

2006. International Migration and Good Governance in the Southern African Region. Migration Policy Brief No. 17, Southern African Migration Project (SAMP).

Deshingkar, P. e S. Grimm

2005. "Internal Migration and Development: a global perspective", IOM Migration Research Series, nº 19, IOM.

De Haas, H. et al.

2007. African Migrations Workshop. Understanding Migration Dynamics in the Continent. Report. University of Ghana- Legon, IMI and Centre for Migration Studies (CMS), Accra, Ghana, 18-21 September.

De Haas, H.

2006. Engaging Diasporas. How Governments and Development Agencies Can Support Diaspora Involvement in the Development of Countries of Origin. Oxford: International Migration Institute (IMI), James Martin 21st Century School, University of Oxford, and Oxfam Novib, June.

Dick, S.

2003. Changing the Equation: Refugees as Valuable Resources rather than Helpless Victims, The Fletcher Journal of International Development, 18: 19-30.

Garenne, M.

2003. "Migration, Urbanisation and Child Health in Africa: a global perspective", paper prepared for the Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, South Africa, 4-7 June.

Genesis Analytics

2006. Facilitating Southern African remittance networks. An issue paper for the 2006 SADC Commonwealth Secretariat workshop on remittances. Johannesburg: Genesis Analytics and FinMark Trust.

2003. African Families, African Money. Bridging the Money Transfer Divide. A Study on the South African Money Transfer Environment for FinMark Trust, April.

Governo de Angola

2005. Estratégia de Combate à Pobreza, Ministério do Planeamento, disponível em <http://mirror.undp.org/angola/linkrtf/ecp-angola2005.pdf>

2009. Programa de Governo 2009-2013, disponível em http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CC8QFjAB&url=http%3A%2F%2Fmirror.undp.org%2Fangola%2FLinkRtf%2FPrograma-GovernoAO-2009.ppt&ei=_Zp0T7PROefH0QXm6_D1Dw&usg=AFQjCNH1ewPjsZdd_IWgVZxwly1vtxYTNw&sig2=N99IOXCsQw-C8aQtrQNLvw

Hansen, A.

1981. Refugee Dynamics: Angolans in Zambia 1966 to 1972. International Migration review, 15(1/2): 175-194.

Human Rights Watch (HRW)

2005. Coming Home: Return and Reintegration in Angola. Human Rights Watch, 7(2).

IDMC – Norwegian Refugee Council's Internal Displacement Monitoring Centre

2007. Internal Displacement: Global Overview of Trends and Developments in 2006, relatório disponível em [www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/\(httpInfoFiles\)/9251510E3E5B6FC3C12572BF0029C267/\\$file/Global_Overview_2006.pdf](http://www.internal-displacement.org/8025708F004BE3B1/(httpInfoFiles)/9251510E3E5B6FC3C12572BF0029C267/$file/Global_Overview_2006.pdf)

2011. Internal Displacement: Global Overview of Trends and Developments in 2010, relatório disponível em www.internal-displacement.org/publications/global-overview-2010

Ionescu, D.

2006. Engaging Diasporas as Development Partners for Home and Destination Countries: Challenges for Policymakers. Migration Research Series No. 26, Geneva: IOM.

Kaun, A.

2008. When the Displaced Return: Challenges to 'Reintegration' in Angola. New Issues in Refugee Research. Research Paper No. 152. Washington D.C.: Office of Refugee and Asylum, USCIS, and UNHCR Policy Development and Evaluation Service, January, accessed 18/06/2009, <http://www.unhcr.org/47a315402.html>

Lopes, C., C. Rodrigues, e G. Simas

2012. Migrações internas, urbanização e saúde em Angola, Observatório ACP sobre Migrações.

Marques, N.

2003. Struggling through Peace: Return and Resettlement in Angola. Human Rights Watch; Africa Division, 15 (16): 1-33.

Melde, S. e J. Schicklinski

2011. "Remittances in the African, Caribbean and Pacific Countries", Background Note No. 2, ACP Observatory on Migration/IOM, 2011, www.acpmigration-obs.org/node/80

Melo, A.

2012. A Study on the Integration of recently Returned Migrants in Angola, Final Report, Development Workshop-Angola.

Nyberg-Sorensen, V. H. e Engberg-Pedersen

2002. "The Migration-Development Nexus. Evidence and Policy Options", IOM Migration Research Series, nº 8, IOM.

OIM – Organização Internacional para as Migrações

2008. World Migration 2008. Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy. Vol. 4, IOM World Migration Report Series, Geneva: IOM.OIM - Organização Internacional para as Migrações.

2010. Avaliação da USAID das Populações Móveis, Relatório Nacional, Angola, OIM.

2011. Glossário da migração, 2ª edição, IML N.º25, <http://publications.iom.int/bookstore/free/IML25.pdf>

2010-2011. Plano Estratégico 2010-2011, OIM-Angola.

2012. Facts and Figures – Angola, disponível em www.iom.int/jahia/Jahia/angola

Oppenheimer, Carvalho e Raposo

2003. Luanda: a cooperação direccionada para os grupos vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada, MTS, Lisboa.

Peixoto, J.

2004. “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas”, SOCIUS Working Papers, nº 11, ISEG.

Pendleton, W. et al.

2006. Migration, Remittances and Development in Southern Africa. Migration Policy Series No. 44. Cape Town: Southern African Migration Project (SAMP).

Posel, D.

2003. “Have migration patterns in post-apartheid South Africa changed?”, paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective, Johannesburg, 4-7 June.

Potts, D.

2000. “Worker-peasants and Farmer-housewives in Africa: the debate about 'committed' farmers, access to land and agricultural production”, *Journal of Southern African Studies*, 26, 4: 807-832.

Robson, P. (ed.)

2001. Communities and Reconstruction in Angola. Development Workshop, Luanda.

2006. What to do when the Fighting stops: Challenges for Post-Conflict Reconstruction in Angola. Development Workshop, Luanda.

Robson, P. e S. Roque (eds)

2001. Aqui na Cidade nada Sobra para Ajudar. Development Workshop, Luanda, Robson, P. and S. Roque (eds).

Rocha, J. A.

2010. Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola: os factores de competitividade territorial, CEIC, Universidade Católica de Angola.

UN – United Nations

2012. Migration and human mobility. UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda, UN.

2009. International Migration Report 2006: A Global Assessment. ESA/P/WP/.209. Department of Economic and Social Affairs (UN-DESA), Population Division New York: UN.

2008. Trends in Total Migration Stock, The Revision. UN-DESA.2008/2009 World Population Prospects: The 2008 Revision; World Urbanization Prospects: the 2009 Revision, Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, <http://esa.un.org/wup2009/undp/>

UNCSD Secretariat

2012. RIO 2012 Issues Briefs, June 2012, Nº 15, www.uncsd2012.org

UNCHR/ACNUR – UN Commission on Human Rights

1998. Guiding Principles on Internal Displacement, Report of the Representative of the Secretary-General, Commission resolution 1997/39, E/CN.4/1998/53/Add.2, disponível em www.unhcr.org/refworld/docid/3d4f95e11.html

2008. Angola. UNHCR Global Report 2007, disponível em <http://www.unhcr.org/484903252.html>

2010. Angola. UNHCR Global Report 2009, disponível em <http://www.unhcr.org/484903252.html>

2011. Angola. UNHCR Global Report 2010, disponível em <http://www.unhcr.org/4dfdbf4cb.html>

2011. Global Trends, 2011, disponível em <http://www.unhcr.org/4fd6f87f9.html>

UNDP - United Nations Development Program

2009. Relatório do Desenvolvimento Humano 2009, Superando barreiras: Mobilidade Humana e Desenvolvimento, http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf

Uthman, O.; S. Crowe e I. Anya

2012. “Health and Medical Issues in Sub-Saharan Africa”, Europa World Online, London, Routledge and Freelance Europa World editors, www.europaworld.com/entry/ass.essay.3

Van Dijk et al.

2001. “Population mobility in Africa: an overview” in M. de Bruijn, R. van Dijk and D. Foeken (eds) Mobile Africa – Changing Patterns of Movement in Africa and Beyond, Brill, Leiden.

World Bank

2008. Migration and Remittances Factbook, World Bank, Washington, <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/Angola.pdf>

A Organização Internacional para as Migrações

Fundada em 1951, a OIM é a organização intergovernamental líder no domínio da migração e trabalha em estreita colaboração com parceiros, organizações governamentais, intergovernamentais e não-governamentais, e conta agora com 149 Estados-Membros, e cerca de 470 escritórios e subescritórios em mais de 100 países em todo o mundo.

OIM está comprometida com o princípio de que a migração humana e ordenada podem beneficiar os migrantes bem como a sociedade. A OIM atua com os seus parceiros na comunidade internacional para: auxiliar no cumprimento dos seus desafios operacionais da migração; a compreensão avançada das questões da migração; incentivar o desenvolvimento social e económico através da migração e defender a dignidade humana e bem-estar dos migrantes.



Organização Internacional para as Migrações (OIM)